



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

# **Estudos Preliminares**

## **Análise de Viabilidade**

### **Certificados Digitais e-CNPJ – Tipo A1**

<b>Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação</b>			
<b>Papel</b>	<b>Nome Completo</b>	<b>Lotação</b>	<b>Ramal</b>
<b>Integrante Demandante</b>	Sidney Santos Doria	SEINFRA	7283
<b>Integrante Técnico</b>	Rilson Barros de Almeida	SEINFRA	7283
<b>Integrante Administrativo</b>	Alice Manoela Gois Horácio	SEPATI	7196

**Versão deste documento 1.0**  
**Data 21/07/2021**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

## SUMÁRIO

Sumário .....	2
Informações Iniciais .....	3
1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	4
1.1 Contextualização <b>Prorrogações</b> .....	4
1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda .....	4
1.2.1 Requisitos Funcionais .....	4
1.2.2 Requisitos Não Funcionais.....	5
1.2.3 Requisitos Tecnológicos.....	5
1.3 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos.....	6
1.3.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC ou Próprias de Outros Órgãos ou Contratações Similares de Outras Entidades Públicas <b>Prorrogações</b> .....	6
1.3.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público <b>Prorrogações</b> .....	8
1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda <b>Prorrogações</b> .....	8
1.5 Escolha e Justificativa da Solução .....	8
1.5.1 Descrição da Solução .....	9
1.5.2 Alinhamento da Solução.....	9
1.5.3 Benefícios a Alcançar .....	9
1.5.4 Relação Demanda/Quantidade .....	9
1.6 Adequação do Ambiente.....	10
1.6.1 Infraestrutura Tecnológica.....	10
1.6.2 Infraestrutura Elétrica.....	10
1.6.3 Logística de Implantação.....	10
1.6.4 Espaço Físico .....	10
1.6.5 Mobiliário .....	10
1.6.6 Impacto Ambiental .....	10
Anexo A – Memória de Cálculo por meio de Cotações de Mercado .....	11

[Após a elaboração do documento, deverá ser efetuado o comando do Word de atualização automática do sumário.]



## Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

### Informações Iniciais

Para elaboração dos estudos preliminares, considere que:

- Cabe ao Integrante Demandante a coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização da demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- O Integrante Administrativo deverá verificar se os aspectos administrativos da contratação constam dos documentos produzidos durante as fases do planejamento, os quais fundamentarão as decisões das demais áreas do órgão envolvidas no processo administrativo de contratação.
- O Integrante Administrativo deverá comunicar aos integrantes Demandante e Técnico quando informações devidas não constarem dos documentos.
- Quando não for possível definir os requisitos exigidos, o Integrante Demandante e/ou o Integrante Técnico deverá(ão) apresentar justificativa, conforme a responsabilidade de cada um.
- Quando se tratar de contratação, este documento deve ser preenchido de forma completa. No caso de prorrogação contratual, a Resolução CNJ nº 182/2013 elenca alguns itens como obrigatórios, os quais estão indicados pelo realce **Prorrogações**, não obstante o provimento das demais informações quando necessárias.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

## **1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **1.1 Contextualização** **Prorrogações**

Nota: contextualizar, em um ou dois parágrafos, a solução de TIC a ser contratada ou a prorrogação contratual em análise.

O Tribunal Superior Eleitoral está coordenando, em nível nacional, a implantação do eSocial na Justiça Eleitoral, devendo cumprir prazos estabelecidos pela Receita Federal. O Projeto está em fase final da implantação da aplicação informatizada e, neste momento, se faz necessária a instalação, no servidor que o hospedar, em cada Tribunal Regional, um certificado digital e-CNPJ – Tipo A1 para garantir autenticidade e segurança na interconexão que deverá ser estabelecida entre o TRE/BA e o SERPRO. O prazo estabelecido para início do uso do Sistema pelas áreas de gestão de pessoas é 27 de julho de 2021, **motivo que requer celeridade na aquisição do certificado, que deverá estar habilitado para conectividade com serviços sociais.**

Além disso, o Tribunal possui serviços disponibilizados internamente (na Intranet) e externamente (na Internet) com tráfego de dados sensíveis (informações pessoais, contas de acesso, senhas etc.) que podem ser capturadas por pessoas mal intencionadas. Para sanar tais fragilidades, faz-se necessário disponibilizar certificados digitais nos servidores que hospedam os serviços, de forma que os dados passem a trafegar criptografados, impedindo, assim, a interceptação de informações inteligíveis. Foram contabilizados 10 (dez) serviços que carecem da instalação de certificados digitais e-CNPJ – Tipo A1.

### **1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda**

Nota: definir e especificar, completa e detalhadamente, os requisitos funcionais e tecnológicos a partir da avaliação do Documento de Oficialização da Demanda (DOD).

#### **1.2.1 Requisitos Funcionais**

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos funcionais que atendam a(s) necessidade(s) vinculada(s) aos objetivos de negócio para alcance de metas do Tribunal, ou a descrição de um problema a ser resolvido, já devidamente previsto no PDTI. Responsável: Integrante Demandante.

Onze certificados digitais e-CNPJ (SSL) – Tipo A1, com Hierarquia Internacional para servidor WEB, com validade de 1 (um) ano, emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Um dos certificados deverá estar habilitado para conectividade com serviços sociais.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

### **1.2.2 Requisitos Não Funcionais**

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos não funcionais que atendam às necessidades de negócio. Responsável: Integrante Demandante.

#### **a) De Capacitação**

Nota: os relacionados ao uso da solução.

Não se aplica.

#### **b) Legais**

Nota: informar se a solução é regida por norma(s) específica(s).

Não se aplica.

#### **c) De Manutenção**

Nota: preventiva, corretiva, adaptativa e/ou evolutiva.

Não se aplica.

#### **d) Temporais**

Nota: prazos de entrega de bens ou de início/encerramento dos serviços.

Entrega após o cumprimento das obrigações de registro junto ao fornecedor.

#### **e) De Segurança da Informação**

Nota: classificar o grau de acesso à informação, conforme normatizado pelo Tribunal.

A obtenção dos certificados requer o fornecimento dos dados pessoais do representante do TRE/BA a ser designado.

#### **f) Sociais, Ambientais e Culturais**

Nota: verificar e informar os impactos sociais, ambientais e culturais.

Não se aplica.

### **1.2.3 Requisitos Tecnológicos**

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos tecnológicos. Responsável: Integrante Técnico.

#### **a) De Arquitetura**

Nota: *hardware*, *software*, padrões, linguagens e interfaces.

Os certificados serão instalados em servidores *web* da infraestrutura tecnológica do Tribunal.

#### **b) Do Projeto de Implantação da STIC**



## Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Nota: definir cronogramas, atividades, papéis e responsáveis para a disponibilização da solução em ambiente de produção.

A implantação é simples, feita por meio da instalação nos servidores-alvo.

### **c) De garantia e Manutenção**

Nota: definir como se dará a prestação da garantia/manutenção/assistência técnica.

O fornecedor deverá garantir o funcionamento ao longo da vigência dos certificados.

### **d) De Capacitação**

Nota: definir o ambiente tecnológico de treinamento, o perfil do instrutor e o conteúdo técnico.

Não se aplica.

### **e) De Experiência Profissional e Formação da Equipe que Projetará, Implantará e Manterá a STIC**

Nota: definir o perfil profissional e de formação da equipe (interna e externa) envolvida no projeto, implantação e manutenção da STIC, indicando, inclusive, como se dará a comprovação da experiência/formação.

A instalação de certificados é atividade comumente realizada pela equipe técnica.

### **f) De metodologia de Trabalho**

Nota: informar a metodologia de trabalho da equipe, do contratante e/ou da contratada, que projetará, implantará e manterá a solução.

Não se aplica.

### **g) De segurança em TIC (confidencialidade, integridade e disponibilidade)**

Nota: descrever como garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade em termos de TIC, conforme normatizado pelo Tribunal.

Não se aplica.

## **1.3 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos**

### **1.3.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC ou Próprias de Outros Órgãos ou Contratações Similares de Outras Entidades Públicas** **Prorrogações**

Nota: levantar e identificar abaixo as soluções disponíveis no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação aderentes aos requisitos e os respectivos fornecedores (recomenda-se realizar consulta pública quando for interessante para o Tribunal). Verificar, junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, soluções próprias ou contratações similares, considerando, inclusive, as vantagens, desvantagens e lições aprendidas durante o processo de contratação, bem como da



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

execução contratual. Observar que os estudos preliminares podem envolver o atendimento de uma ou mais necessidades.

**NECESSIDADE 1: garantir autenticidade e segurança aos servidores web do TRE/BA.**

**Solução única – instalação de certificados digitais e-CNPJ – Tipo A1.**

Descrição: Certificado Pessoa Jurídica, do tipo A1, para utilização em servidores *web* internos ou disponíveis na Internet para autenticar aplicações e estabelecer conexões seguras.

O Certificado SSL ou *Secure Socket Layer* é uma tecnologia criada para prover maior segurança na troca de informações entre um visitante e o servidor que hospeda o serviço *web*.

Fornecedor(es): Certsign, Serasa Experian, SERPRO, SOFTWEB, Soluti, dentre outros.

Nota: quando se tratar de solução própria, desenvolvida por órgão ou entidade da Administração Pública, ela deve ser indicada como fornecedora, desde que tenha sido verificada a possibilidade de cessão da solução.

Entidade/órgão contratante: toda e qualquer organização que disponibiliza serviços *web*.

Orçamento estimado (memória de cálculo no Anexo A):

Nota: efetuar levantamento que expresse a composição de todos os custos unitários resultantes dos itens a serem contratados, com base em pesquisa fundamentada de preços, como os praticados no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação em contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, entre outros pertinentes. Documentos relacionados à pesquisa de mercado devem ser acrescentados como anexo. Observar normativo interno que disciplina a pesquisa de preços no âmbito deste Tribunal.

Item	Quantidade	Validade	Custo Unitário	Custo Total
Certificados digitais e-CNPJ – Tipo A1	11	1 ano	R\$ 233,40	R\$ 2.567,40

**Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>)



## Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

### **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil**

Nota: em sendo aplicável, verificar a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto.

Os certificados serem fornecidos por autoridade certificadora integrante da ICP-Brasil.

### **Modelo de Requisitos Moreq-Jus<sup>2</sup>**

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

#### **1.3.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público** Prorrogações

Nota: se for o caso, verificar soluções com software livre existentes no mercado ou disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>) que atendam aos requisitos.

Não se aplica.

#### **1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda** Prorrogações

Nota: efetuar análise e comparação entre os custos totais das Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos produtos, insumos, garantia e serviços complementares, quando necessários à contratação. No caso de prorrogação contratual, a análise deve envolver comparativo entre as alternativas identificadas com os custos do contrato em análise.

#### **1.5 Escolha e Justificativa da Solução**

Nota: indicar a solução de Tecnologia da Informação e Comunicação escolhida, justificando por meio dos itens abaixo.

---

<sup>2</sup> O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) apresenta os requisitos que os documentos digitais produzidos pelo Judiciário e os sistemas informatizados de gestão documental deverão cumprir, no intuito de garantir a segurança e a preservação das informações, assim como a comunicação com outros sistemas. (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus>)



## Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

### 1.5.1 Descrição da Solução

Nota: descrever, de forma sucinta, precisa, clara e suficiente, a Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação escolhida, indicando os bens e/ou serviços que a compõem.

Certificados digitais e-CNPJ – Tipo A1.

### 1.5.2 Alinhamento da Solução

Nota: verificar se a solução escolhida contempla o alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos.

A solução está alinhada com a necessidade de provimento de autenticidade e segurança aos servidores *web* do Tribunal.

### 1.5.3 Benefícios a Alcançar

Nota: identificar os benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização.

Garantia de autenticidade dos servidores *web* do Tribunal quando da disponibilização de serviços de TIC e provimento de segurança (criptografia) aos dados trafegados a partir desses servidores.

### 1.5.4 Relação Demanda/Quantidade

Nota: relacionar a demanda prevista com a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados, demonstrando por meio de memória de cálculo.

Pretende-se a aquisição de um certificado para cada servidor que hospeda(rá) os serviços:

- 1) eSocial.
- 2) Correio Eletrônico.
- 3) Central de Serviços de TIC.
- 4) Intranet.
- 5) Balcão Virtual.
- 6) ColetaCand.
- 7) EAD-EJE (Moodle).
- 8) Portal da SGP na Extranet.
- 9) Ponto Eletrônico.
- 10) SGRH.
- 11) EAD-EFAS (Moodle).



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

### **1.6 Adequação do Ambiente**

Nota: avaliar a necessidade de adequação do ambiente para viabilizar a execução contratual, abrangendo, no mínimo, os itens abaixo. Se necessário, incluir outros itens.

#### **1.6.1 Infraestrutura Tecnológica**

O ambiente já se encontra adequado à instalação dos certificados.

#### **1.6.2 Infraestrutura Elétrica**

Não se aplica.

#### **1.6.3 Logística de Implantação**

Instalação nos servidores web elencados no item 1.5.4.

#### **1.6.4 Espaço Físico**

Não se aplica.

#### **1.6.5 Mobiliário**

Não se aplica.

#### **1.6.6 Impacto Ambiental**

Não se aplica.

<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b> <b>Documento assinado eletronicamente via PAD</b>		
<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrante Demandante (Coordenador dos trabalhos)</b>	<b>Integrante Administrativo</b>
<b><i>Rilson Barros de Almeida</i></b> <b>SEINFRA</b>	<b><i>Sidney Santos Doria</i></b> <b>SEINFRA</b>	<b><i>Alice Manoela Gois</i></b> <b>Horácio</b> <b>SEPATI</b>
<b>Salvador, 21 de julho de 2021.</b>		



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

**Anexo A – Memória de Cálculo por meio de Cotações de Mercado**

Nota: acrescente a partir daqui documentos (contratos de outras entidades, propostas comerciais, atas de registro de preços etc.), listas, tabelas, planilhas e outros itens que forem necessários e/ou citados ao longo deste documento.

Fornecedor	Item	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Certsign	Certificado e-CNPJ – Tipo A1	11	R\$ 240,00	R\$ 2.640,00
Serasa Experian			R\$ 229,00	R\$ 2.519,00
SERPRO			R\$ 218,00	R\$ 2.398,00
SOFTWEB			R\$ 245,00	R\$ 2.695,00
Soluti			R\$ 235,00	R\$ 2.585,00
<b>Valor Unitário Médio</b>			<b>R\$ 233,40</b>	
<b>Valor Total Médio (11 certificados)</b>			<b>R\$ 2.567,40</b>	